

Interpretações do totalitarismo: Hannah Arendt e Friedrich-Brzezinski

Acrísio Luiz GONÇALVES¹
Andréa Moreira LIMA²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir duas diferentes leituras do fenômeno totalitário: a interpretação de Hannah Arendt, exposta na obra *The Origins of Totalitarianism*, de 1951, e a interpretação elaborada por Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, na obra *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, de 1956. Embora as duas leituras apresentem pontos de contato, principalmente por considerarem o totalitarismo uma novidade em termos políticos, mostraremos que elas diferem, sobretudo em relação à descrição da finalidade desses movimentos de dominação política.

Palavras-Chave: Totalitarismo; Nazismo; Fascismo; Hannah Arendt; Friedrich-Brzezinski

Interpretations of totalitarianism: Hannah Arendt and Friedrich-Brzezinski

Abstract

The present paper aims to present and discuss two different readings of the totalitarian phenomenon: Hannah Arendt's interpretation, as exposed in her 1951 work *The Origins of Totalitarianism*, and the interpretation elaborated by Carl J. Friedrich and Zbigniew K. Brzezinski, in their 1956 work entitled *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Although both readings have intersections – especially the consideration of totalitarianism as something new in political terms – we will show that they differ, mainly regarding the description of the purposes of those movements of political domination.

Keywords: Totalitarianism; Nazism; Fascism; Hannah Arendt; Friedrich-Brzezinski

1 Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor do Centro Universitário UNA. E-mail: acrissio@yahoo.com.br

2 Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora do Centro Universitário UNA. E-mail: andrea.m.lima10@gmail.com

Introdução

Três experiências políticas, que tiveram origem após a Primeira Guerra Mundial, são comumente apontadas como as principais expressões do *totalitarismo*: o fascismo italiano (1922-1945), o nazismo alemão (1933-1945) e o estalinismo russo (entre meados da década de 1920 e 1953). Em que pese apresentarem diferenças substanciais, mormente em termos ideológicos³, estes regimes podem ser comparados entre si, especialmente por terem se constituído como antíteses do Estado de Direito. Isto se explica uma vez que, nestes regimes, as características fundamentais do Estado de Direito – entre as quais a separação dos poderes, o pluralismo político-partidário, a existência de instituições representativas, as garantias constitucionais das liberdades fundamentais dos indivíduos – foram completamente negadas (TRAVERSO, 2001).

Apesar do adjetivo “totalitário” ter sido forjado na década de 1920, por antifascistas italianos, como uma forma de referência e denúncia ao regime instaurado por Mussolini⁴, apenas a partir da Segunda Guerra Mundial a expressão se generaliza, passando a designar (em maior ou menor grau) os três regimes acima referidos

³ Uma reflexão aprofundada sobre a origem, a evolução e o conteúdo social dos diversos regimes reivindicados como totalitários revela diferenças muito profundas entre eles, principalmente entre o nazismo alemão e o stalinismo russo. Em primeiro lugar, existe uma diferença notável com relação à duração de ambos os regimes: o nazismo durou doze anos, de 1933 a 1945, conhecendo uma radicalização acumulativa até o seu desfecho, após o fim da II Guerra Mundial; o stalinismo soviético, por sua vez, durou mais de 30 anos e, ao contrário do nazismo, não encontrou o seu fim após o fracasso em uma guerra, mas devido a uma crise interna. Em segundo lugar, existe uma diferença patente na formação dos regimes: no caso do nazismo, um regime que se constitui por meio de uma alternância política legal; no caso do stalinismo, um regime que nasce de uma revolução política. Em terceiro lugar, também são distintas as ideologias que fomentam os dois regimes: no nazismo, uma concepção de mundo racista, fundada em uma visão nacionalista biologizada e, conseqüentemente, em culto à mitologia de superioridade alemã; no caso do regime stalinista, uma ideologia amparada em uma interpretação dogmática do marxismo. As diferenças ideológicas entre a Alemanha hitlerista e a Itália fascista, no entanto, diminuíram notavelmente a partir de 1938, quando da promulgação de leis raciais e antissemitas na Itália (TRAVERSO, 2005).

⁴ Em 1932, em um ensaio da Enciclopédia Italiana, Benito Mussolini e Emilio Gentile afirmavam, abertamente, a natureza “totalitária” do regime fascista, entendido como um partido que governa, totalitariamente, uma nação. Enquanto o liberalismo coloca o Estado a serviço do indivíduo, o fascismo, diziam os autores, reafirma o Estado como a verdadeira realidade do indivíduo: “Tudo está no Estado; e nada humano ou espiritual existe, muito menos tem valor, fora do Estado. [...] Fora do estado não existem indivíduos nem grupos (partidos políticos, associações culturais, sindicatos, classes)” (MUSSOLINI & GENTILE, 1932).

(MORIN, 2005; TRAVERSO, 2005)⁵. Provavelmente, a popularização do termo, na década de 1950, seria decorrência da publicação de duas das mais completas interpretações sobre o fenômeno totalitário: a de Hannah Arendt, em *The Origins of Totalitarianism*, de 1951, e a de Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski⁶, em *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, de 1956 (STOPPINO, 1998). Segundo Enzo Traverso (2001), por exemplo, dentre as publicações em língua inglesa, estas duas obras podem ser apontadas como os grandes clássicos sobre a temática totalitária. Em direção semelhante, Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (2009, p.4) se referem a Arendt e a Friedrich e Brzezinski como os “pensadores mestres da primeira geração do totalitarismo”.

O objetivo do presente trabalho, portanto, é o de apresentar uma visão contrastante dessas duas interpretações do fenômeno totalitário, apontando aproximações e divergências iniciais. Embora a publicação da obra de Arendt tenha marcado a história e o processo de “canonização acadêmica” do conceito de *totalitarismo* (FUENTES, 2006, p.201), desconsideraremos a ordem cronológica de publicação das obras e apresentaremos, inicialmente, a interpretação oferecida por Friedrich e Brzezinski.

Principais características dos regimes totalitários: a interpretação de Friedrich e Brzezinski (1956)

Publicada, em 1956, pelos cientistas políticos de origem austríaca e polaca, Carl. J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, a obra *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*⁷ examina a anatomia dos regimes totalitários do século XX, buscando fixar os seus elementos constitutivos. Esse objetivo é apresentado pelos autores logo no prefácio da obra, quando afirmam a tentativa de “estabelecer uma teoria geral e

5 O conceito de “Estado totalitário” não se tornaria popular no nazismo, sendo uma exceção o uso desta expressão feita por intelectuais como Ernst Jünger e Carl Schmitt, os quais prefiguraram o advento de um “Estado total”, a partir do modelo italiano. Em oposição à noção de Estado “totalitário”, tornou-se popular, no nazismo alemão, a noção de Estado “racial” (TRAVERSO, 2005, p.101).

6 Referida, aqui, como a interpretação de Friedrich-Brzezinski.

7 Traduzida para a língua portuguesa com o título “Totalitarismo e Autocracia” (1965). Para fins de citação, consultaremos essa edição. As referências completas encontram-se disponíveis no final do texto.

descritiva dessa nova forma de governo”, esboçando “o modelo geral da ditadura totalitária” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.7)⁸.

Seguindo a tradição de diferenciar os sistemas políticos, conforme o grau de subordinação de seus dirigentes à lei, Friedrich e Brzezinski definem *autocracia* como um sistema político no qual os governantes são insuficientemente submetidos aos regulamentos que orientam a vida da sociedade, em geral. Contudo, para os autores, o totalitarismo é uma nova forma de dominação política, historicamente única e *sui generis*. Num sentido amplo, eles dizem, “a ditadura totalitária é uma manifestação nova; nunca existiu nada que lhe fosse semelhante” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.16). O totalitarismo se distingue das formas mais antigas de tirania e despotismo devido aos métodos de dominação, que permitem o controle político total e, além disso, porque os regimes autocráticos do passado “não se aproximavam em crueldade das ditaduras totalitárias de nossa época” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.13).

Friedrich e Brzezinski apontam seis características básicas comuns a todos os regimes totalitários⁹ – características estas que, segundo os autores, são encontradas nas obras de estudiosos das mais variadas procedências, a saber: (1) uma ideologia; (2) um partido único, tipicamente dirigido por um só homem; (3) uma polícia terrorista; (4) um monopólio de comunicações; (5) um monopólio de armamentos e (6) uma economia centralizada (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.18).

A primeira característica, a *ideologia oficial*, consiste em uma doutrina que “abrange todos os aspectos vitais da existência humana e que todos os membros da sociedade devem adotar, pelo menos passivamente” (FRIEDRICH; ZBIGNIEW, 1965[1956], p.22). Essa ideologia rejeita, radicalmente, a sociedade pré-existente, ao mesmo tempo em que apresenta uma proposta para a sua transformação, a partir de um

8 Conforme destaca Martin Kitchen (1985), apesar do uso do termo *ditadura*, a definição de totalitarismo, proposta por Friedrich e Brzezinski, tem a grande vantagem de distinguir o totalitarismo de outras formas ditatoriais, “de modo que o termo não perca todo o valor heurístico por ser aplicável a uma série infinita de estados de falta de liberdade” (KITCHEN, 1985, p.27).

9 Conforme destaca Peter Baehr (2005, p.2344), em *Totalitarianism*, publicado em 1954, Carl J. Friedrich apontou cinco elementos básicos dos regimes totalitários. Em 1956, em colaboração com Zbigniew K. Brzezinski, ele adicionou um sexto elemento à sua caracterização desses regimes.

novo ideal. As ideologias totalitárias conhecidas apoiam-se em “leis” inexoráveis, da história (no caso do stalinismo) ou da biologia (no caso do nazismo).

A segunda característica trata da existência de um *Partido único de massa*, acima da máquina burocrática governamental, dirigido tipicamente por um “ditador” e organizado de modo fortemente hierárquico¹⁰. Embora composto por uma pequena parte da população total – geralmente, por cerca de 10 por cento desta –, o Partido “contém um núcleo ativista apaixonado e irrestritamente dedicado à ideologia e disposto a auxiliar de todos os modos a promoção de sua aceitação geral” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.19). O Partido, portanto, constitui-se como o “esteio principal” do regime totalitário: “sem o apoio de seu Partido, o ditador seria inconcebível” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.42)¹¹.

Após tomar o poder, o movimento totalitário procura estender o seu controle a todos os âmbitos da sociedade; com isso, a palavra *reforma* torna-se “a palavra de ordem” e os movimentos de oposição a essa reforma são impedidos pela organização de “um terror total, que eventualmente atinge todos os cidadãos” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.122-3). Assim, a terceira característica definidora do totalitarismo diz respeito a um sistema de *terrorismo policial* que apoia e, ao mesmo tempo, controla o partido. Um terror que se dirige não apenas contra os “inimigos objetivos” do regime, mas também contra as classes arbitrariamente selecionadas da população. Conforme destacam os autores, o terror totalitário parece aumentar em violência à medida que o sistema totalitário se estabiliza. Inicialmente, quando do estabelecimento do regime, o terror dirige-se, unicamente, aos inimigos objetivos; posteriormente, contudo, o terror se volta contra parcelas mais abrangentes da

10 Conforme destacam Friedrich e Zbigniew, embora o conjunto de prosélitos de um líder totalitário seja chamado *Partido*, a palavra “partido” tem, nesse contexto, um uso bastante diferente daquele observado em contextos constitucionais: os movimentos totalitários não “aliciam” seus membros livremente; além disso, não existe democracia no interior de tais movimentos, pois os seus membros “estão sujeitos a uma direção autocrática em questões de política, e a um controle hierárquico em questões de liderança” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], pp.31-2).

11 Na Alemanha nazista, na Itália fascista e na Rússia stalinista, por exemplo, o líder dos regimes detinha poder absoluto sobre o Partido e a sociedade: “As evidências dos documentos mostram que Hitler e Mussolini eram os verdadeiros governantes de seus países. Suas opiniões eram decisivas e o poder que detinham era “absoluto”, em um grau talvez maior que nunca. [...] Quanto a Stalin, hoje dispomos de provas semelhantes” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.23).

população. Portanto, o terror comporia um aspecto crucial do totalitarismo moderno, justamente por seu carácter de penetração e continuidade.

No período inicial após a tomada do poder, a maior energia da máquina de terror dirige-se contra os inimigos óbvios (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.12).

Somente quando esses inimigos são destruídos é que a espada do regime se volta contra as massas; somente então é que o terror em massa se desenvolve gradualmente (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.128).

A liquidação dos inimigos exige uma elaborada máquina terrorista e a potencialidade dessa máquina é amplificada pelo monopólio quase total, por parte do Partido, “[d]os meios de comunicação de massa, tais como a imprensa, o rádio e o cinema” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.19). Na sequência, o *monopólio dos meios de comunicação de massa*, o quarto aspecto básico dos regimes totalitários, constitui uma das características mais notáveis das ditaduras totalitárias. Esse monopólio confere extrema importância ao regime, por permitir a ampla difusão da propaganda totalitária (sua ideologia), a qual, por sua vez, serve para reforçar o terror, criando uma “população de milhões de pessoas que pensam e falam da mesma maneira” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.153). Adotando uma perspectiva bastante literal, a eficiência dessa prática terrorista está em seus efeitos de desumanização dos indivíduos, “privando-os de pensar e julgar independentemente” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.111).

Por relacionar-se essencialmente à ação, a propaganda visa fazer com que as pessoas façam ou não certas coisas. No contexto dos regimes totalitários, portanto, a propaganda visa manter no poder o Partido totalitário. Uma vez que o terror reforça o monopólio das comunicações de massa e, inversamente, adquire a sua qualidade onipresente justamente por ser difundido por meio de uma contínua repetição da propaganda totalitária oficial, essa ligação entre a propaganda e o terror é o que distingue os regimes totalitários “de todos os fenômenos semelhantes nos sistemas de governo não totalitários” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], p.101). Isso

demonstra que a atmosfera peculiar da ditadura totalitária é composta por dois fenômenos intimamente relacionados: a propaganda e o terror.

A quinta e a sexta características dos regimes totalitários, apontadas por Friedrich e Brzezinski, referem-se, respectivamente, ao *monopólio quase total de todos os instrumentos do combate armado* e ao *controle centralizado de toda a economia* através da coordenação burocrática de suas unidades produtivas. Conforme destaca Martin Kitchen (1985, p.27), a realização desses últimos aspectos depende, em grande parte, da existência de uma sociedade que se desenvolveu a partir de um elevado grau de proficiência técnica.

Segundo Dominique Morin (2005), embora o modelo teórico proposto por Friedrich e Brzezinski forneça uma caracterização adequada dos regimes totalitários, ele não se presta à compreensão da dinâmica global do totalitarismo e, além disso, pouco auxilia na compreensão de suas origens. Conforme destaca Traverso (2001), essa suposta deficiência poderia ser explicada a partir do método e dos objetivos de pesquisa dos autores, que não estudaram os regimes totalitários “como formações históricas, mas como *sistemas*” (TRAVERSO, 2001, p.105, grifos do autor). De fato, ainda no prefácio da obra, Friedrich e Brzezinski afastam de seus objetivos a tentativa de explicar as causas do aparecimento dessa nova forma política. Ainda assim, uma análise político-institucional do totalitarismo, tal como a apresentada por Friedrich e Brzezinski – que interpreta o fenômeno a partir de uma matriz estática, projetada para capturar o totalitarismo em seu estado mais extremo – pode ser substituída ou, no mínimo, confrontada com uma abordagem mais dinâmica, que enfatiza o *movimento* e a *processualidade* dos regimes totalitários (BRUNETEAU, 2014; TRAVERSO, 2001). Esta, conforme veremos a seguir, estabelece a essência da interpretação apresentada por Hannah Arendt.

Isolamento, ideologia e terror: o totalitarismo interpretado por Hannah Arendt (1951)

*Redigida entre os anos de 1945 e 1949 e publicada nos Estados Unidos, em 1951, a obra *The Origins of Totalitarianism*¹², de Hannah Arendt, consiste em três partes: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Nesta obra, Arendt afirma a possibilidade de compreender o fato “de que fenômenos tão insignificantes e desprovidos de importância na política mundial como a questão judaica e o antissemitismo se transformaram em agente catalisador [...] da construção dos centros fabris de morte em massa” (ARENDR, 1998[1951], *Prefácio*, p.12).*

Ao contrário do que pode sugerir o título da obra, Arendt não tem por intenção descrever as “origens do totalitarismo”, no sentido de delimitar um conjunto de causas que teriam permitido a ocorrência do fenômeno totalitário ou que teriam permitido, conseqüentemente, a previsão de que tal fenômeno teria um lugar concreto na história da humanidade¹³. Conforme destaca Margaret Canovan (2000), “Arendt compreendia que um determinismo de tal tipo se encontra ausente dos assuntos humanos, que é a arena de novas ações e eventos imprevisíveis” (CANOVAN, 2000, p.30).

Tal como Friedrich e Brzezinski (1956), Arendt (1951) compreende o totalitarismo como uma nova forma de dominação política, salientando o seu alto grau de penetração e mobilização da sociedade – algo sem precedentes, nos regimes políticos então conhecidos. Além disso, a interpretação de Arendt também identifica a ideologia e o terror como aspectos centrais dos regimes totalitários. Contudo, “essas similaridades gerais escondem mais coisas do que revelam”, pois, diante das diferentes expressões totalitárias do século XX, Arendt tem como foco principal o nazismo e, particularmente, o holocausto (CANOVAN, 2000, p.26).

12 Para fins de citação, consultaremos a tradução para língua portuguesa: *As Origens do Totalitarismo* (1998).

13 Esse ponto é enfatizado, pela própria Arendt, em um dos seus ensaios sobre o tema: “Escrevi não uma história do totalitarismo, e sim uma análise em termos históricos. [...] O livro não trata de fato das ‘origens’ do totalitarismo – como infelizmente anuncia o título –, mas apresenta uma exposição histórica dos elementos que se cristalizaram no totalitarismo” (ARENDR, 2008, pp.418-9).

Ao contrário de Friedrich e Brzezinski (1956), que descrevem como totalitários o nazismo alemão, o stalinismo russo, o fascismo italiano, o regime comunista chinês e os regimes comunistas do Leste Europeu, Arendt (1951) considera como expressões do totalitarismo apenas a Alemanha hitlerista e a Rússia stalinista. De acordo com Nicos Poulantzas (1974), a distinção imposta por Arendt seria falsa e arbitrária e se basearia, unicamente, no número de vítimas de cada um desses regimes, o que a teria levado a afirmar que os regimes ditatoriais, perpetrados na Itália e em outros países europeus, teriam sido ditaduras não-totalitárias. Contudo, para além do número de vítimas em cada regime, a restrição de Arendt quanto à aplicação do conceito *totalitarismo* parece se pautar em dois pontos: primeiro, na constatação de que os regimes verdadeiramente totalitários visam ao estabelecimento de uma espécie de “domínio mundial”; segundo, porque tais regimes se utilizam da instituição dos *campos de concentração* para o exercício desse domínio totalitário.

Arendt aponta a “conspiração totalitária contra o mundo não-totalitário”, ou, em outras palavras, “a pretensão do domínio mundial” (ARENDR, 1998[1951], p.487) como a principal aspiração dos regimes totalitários.

A luta pelo domínio total de toda a população da terra, a eliminação de toda a realidade rival não-totalitária, eis a tônica dos regimes totalitários; se não lutarem pelo domínio global como objetivo último, correm o sério risco de perder todo o poder que porventura tenham conquistado (ARENDR, 1998[1951], p.442)¹⁴

Hitler, por exemplo, visava à construção de um “império mundial ariano” (ARENDR, 1998[1951], p.462). Mas, uma vez que, segundo sua leitura, esse domínio mundial parecia impossível à Itália fascista – e, além disso, longe das pretensões daquele regime –, Arendt não emprega o rótulo totalitarismo para se referir à ditadura fascista.

14 Em uma aparente concordância teórica, Friedrich e Brzezinski afirmam que é “a vontade de conquistar o mundo que anima os sistemas totalitários” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], pp.64-5).

Contudo, a visão de que a Itália fascista não teria condições materiais para o estabelecimento de um domínio mundial é alvo de controversas. Traverso (2001), por exemplo, afirma que, de fato, esse elemento de dominação mundial estava ausente das pretensões e do poderio da Itália fascista. Em direção oposta, Friedrich e Brzezinski notam que os fascistas italianos tentaram propagar a ideologia totalitária em outros países como, por exemplo, nos Estados Unidos. Além disso, eles afirmam que “as ditaduras fascistas [incluindo, sobre este rótulo, o nazismo alemão e o fascismo italiano] e comunista são basicamente iguais”, e que “o totalitarismo italiano foi, com muita frequência, interpretado erradamente como *mera* forma coercitiva”, enquanto que, na verdade, é clara a semelhança e a “ênfase na ideologia”, nos regimes desenvolvidos na Alemanha, Itália e Rússia (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965[1956], pp.15-21).

Desse modo, talvez o segundo ponto destacado por Arendt explique – ou sustente –, de forma mais clara, a sua restrição na aplicação do termo *totalitarismo*, à Itália de Mussolini. Conforme destaca Calvet de Magalhães (2001), em seu “*Projeto de pesquisa sobre os campos de concentração*”¹⁵, redigido em 1948, Arendt já havia afirmado que o totalitarismo é um tipo de governo fundado nos campos de concentração. Arendt mantém esta posição em *As Origens do Totalitarismo*, onde afirma que “os campos de concentração são a instituição que caracteriza mais especificamente o governo totalitário” (ARENDR, 1998[1951], p.491). Por conseguinte, podemos concluir que, a partir dessa interpretação do totalitarismo - entendido como um regime que depende da existência da ameaça extrema do terror e, como consequência, da existência dos campos de concentração - Arendt restringe o uso do termo totalitarismo, utilizando-o, portanto, para se referir apenas aos regimes políticos que tiveram lugar na Alemanha nazista e na Rússia stalinista.

Conforme destaca Arendt, o fenômeno totalitário mostra que o *inferno atroz* “pode ser fabricado aqui na terra” (ARENDR, 1998[1951], p.497). Com esta afirmação, Arendt salienta que um sistema ou regime político é dito “total” somente em seu sentido negativo, isto é, pelo fato do partido governante não tolerar outros partidos, nem

15 Hannah Arendt, “Projet de recherche sur les camps de concentration”, *La nature du totalitarisme*, Paris: Payot, 1990, pp. 171-178.

oposição, nem admitir a liberdade de opinião política. Isto é, nos regimes totalitários, toda a população é vista como potencialmente suspeita e/ou inimiga e a ameaça do terror é generalizada, atingindo, inclusive, aqueles “cidadãos inofensivos e carentes de opiniões políticas” (ARENDR, 1998[1951], p.471).

O fim do sistema totalitário é destruir os direitos civis de toda a população [...]. E isso não se aplica apenas àquelas categorias especiais, como os criminosos, os oponentes políticos, os judeus, os homossexuais [...], mas a qualquer habitante do Estado totalitário” (ARENDR, 1998[1951], p. 502).

Os movimentos totalitários se diferem de outros movimentos, por exigirem dos indivíduos lealdade total e incondicional. Uma vez que o poder ilimitado e a lealdade total apenas são alcançados “se literalmente todos os homens, sem exceção, forem totalmente dominados em todos os aspectos da vida” (ARENDR, 1998[1951], p.507), o movimento totalitário não se limita a restringir, ou a destruir, as capacidades políticas dos indivíduos, como fazem os regimes tirânicos, despóticos ou ditatoriais, mas tende, também, a cercear os indivíduos de todas as suas relações sociais e privadas. Assim, destaca Arendt, o movimento totalitário persegue “a transformação da própria natureza humana” (ARENDR, 1998[1951], p.492) e, para executar essa transformação, produz uma sociedade massificada totalmente predisposta às ideologias veiculadas pelo regime.

De forma bastante literal, Arendt define uma ideologia como “a lógica de uma ideia”, isto é, como o funcionamento de uma teoria que se apresenta conhecedora de todos os mistérios do processo histórico, “de modo que o que quer que aconteça, acontece segundo a lógica de uma ideia” (ARENDR, 1998[1951], p.521). As massas são convencidas dessa ideologia por meio da propaganda; mais precisamente, tanto pelas ameaças diretas e crimes perpetrados contra os indivíduos, quanto “por insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras”, seguidas de assassinato em massa contra todos aqueles que não derem ouvidos aos ensinamentos totalitários - tanto os “culpados”, quanto os “inocentes”. Nesse âmbito, diz Arendt, a mais eficaz ficção da propaganda

nazista foi a história de uma conspiração mundial judaica, a qual teria possibilitado a execução de um plano de destruição dessa população.

Se a ideologia constitui-se como o mais importante *instrumento* do totalitarismo (o seu *princípio de ação*), o terror constitui a sua *essência*. Isso significa, sobretudo, que o terror continua a ser empregado contra uma população já completamente subjugada, mesmo após a propaganda ter alcançado, com êxito, os seus objetivos de controle. Portanto, o terror deixa de ser meramente um modo de reprimir a oposição, embora ainda seja usado para tais fins. Ele serve para traduzir, na realidade, o mundo fictício da ideologia (STOPPINO, 1998).

Essa tradução da ideologia para o mundo real se viabiliza pelos campos de concentrações – a intuição que, segundo Arendt, mais caracteriza os governos totalitários. O verdadeiro horror dos campos de concentração “reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido” (ARENDR, 1998[1951], p.493). Esse horror, destaca Arendt, tem seu início desde o transporte para o confinamento nos campos e se finda apenas quando, para êxito do regime, os sujeitos têm a sua singularidade extirpada, ao serem destruídos todos os vestígios do que comumente chamamos de dignidade humana:

As maneiras de lidar com essa singularidade da pessoa humana são muitas [...] Começam com as monstruosas condições dos transportes a caminho do campo, onde centenas de seres humanos amontoam-se num vagão de gado, completamente nus, colados uns aos outros, e são transportados de uma estação para outra, de desvio a desvio, dia após dia; continuam quando chegam ao campo: o choque bem organizado das primeiras horas, a raspagem dos cabelos, as grotescas roupas do campo; e terminam nas torturas inteiramente inimagináveis, dosadas de modo a não matar o corpo ou, pelo menos, não matá-lo rapidamente. O objetivo desses métodos, em qualquer caso, é manipular o corpo humano – com as suas infinitas possibilidades de dor – de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana (ARENDR, 1998[1951], p.504).

Desse modo, os campos de concentração servem não somente à criação de um contexto de radical isolamento da esfera política, mas, sobretudo, à promoção de uma insuperável solidão: um sentimento de não pertencimento ao mundo, que “é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o ser humano pode ter” (ARENDR, 1998[1951], p.527)¹⁶. Promovido esse sentimento, diz Arendt, “nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem” [...], todos reagindo com perfeita previsibilidade, mesmo quando marcham para a morte” (ARENDR, 1998[1951], p.506).

Embora tenha começado a terceira parte de *As Origens do Totalitarismo* com uma suspeita perturbadora para qualquer modo de vida democrático, afirmando que pode ser um erro presumir que estejamos curados da ilusão totalitária, Arendt termina essa obra com uma conclusão um tanto surpreendente, tendo em vista o tom que animara todo o livro. Ao exaltar a “suprema capacidade” humana, a nossa liberdade, Arendt defende, de forma bastante esperançosa, a possibilidade de cada um de nós gestarmos, sempre, um novo começo (político) (ARENDR, 1998[1951], p.531). Esta seria, talvez, a nossa maior garantia de enfrentamento a qualquer forma de vida política não democrática.

Considerações Finais

Arendt e Friedrich-Brzezinski compreenderam os regimes totalitários como imensamente assustadores e sem precedentes históricos. Ambas as interpretações apontam o totalitarismo como uma nova forma de dominação política, sobretudo por seu alto grau de penetração e de mobilização, algo sem precedentes nos regimes ditatoriais, ou despóticos, do passado. Esta seria a maior aproximação entre essas duas formas de pensar os regimes totalitários que assolaram o nosso último século. Além disso, ambas as interpretações concordam na identificação de três aspectos centrais do totalitarismo: uma ideologia oficial, um sistema de terror e um Partido único de massa. Nessa direção, as características incomuns às duas descrições (a política secreta

16 Conforme esclarece Arendt, o *isolamento* seria uma reclusão na esfera política, enquanto que a *solidão* se refere à vida social (ou à vida humana, como um todo). Como se nota, *isolamento* e *solidão* seriam processos (ou sentimentos) bastante distintos: “Posso estar isolado – isto é, numa situação em que não posso agir porque não há ninguém para agir comigo – sem que esteja solitário; e posso estar solitário – isto é, numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonado por toda companhia humana – sem estar isolado” (ARENDR, 1998[1951], p.527).

acrescentada a este elenco por Arendt; os monopólios dos meios de comunicação e dos instrumentos de violência, bem como a centralidade econômica, listados por Friedrich-Brzezinski) podem ser consideradas como especificações posteriores, que não afetam a caracterização central desses regimes.

Contudo, existem também diferenças notáveis nas duas interpretações. Primeiro, com relação ao escopo de aplicação do termo totalitarismo: Arendt, utilizando o conceito para se referir ao nazismo alemão e ao stalinismo russo; Friedrich e Brzezinski, por sua vez, identificando como totalitários também o regime fascista italiano, o regime comunista chinês e os regimes comunistas do Leste Europeu. Para além dessa diferença inicial, as duas interpretações apresentam, também, modos distintos de abordar o tema. Conforme destacamos, Friedrich e Brzezinski buscaram fixar os elementos constitutivos dos sistemas totalitários ou, como eles mesmos referem, o padrão de aspectos inter-relacionados da “síndrome totalitária”. Nesse sentido, eles não reconhecem nenhum fim essencial no Totalitarismo. Arendt, por sua vez, identifica como finalidade do totalitarismo – ou como garantia da dominação total – a transformação da natureza humana, a partir da tentativa de reduzir e limitar os seres humanos a um mero “feixe de reações” (ARENDR, 1998[1951], p.492).

Apesar dessas diferenças notáveis, tanto Arendt quanto Friedrich e Brzezinski concordam que, em suas diferentes expressões, os regimes totalitários demonstraram a sua radical incompatibilidade com o político, por implicarem na eliminação da pluralidade de indivíduos e de formas de convívio no espaço público.

Referências

- ARENDDT, Hannah; **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo: ensaios (1930-1954). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 490p.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 562p. (Original publicado em 1951).
- BAEHR, Peter. Totalitarianism. In: M. HOROWITZ (Ed.). **New Dictionary of the History of Ideas**, 6 volumes. N.Y.: Charles Scribner's Sons, 2005, pp.2343-2348.
- BRUNETEAU, Bernard. Les vicissitudes scolaires d'une notion controversée: le(s) totalitarisme(s). **Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique**, 122, 2014, pp.91-99.
- CALVET DE MAGALHÃES, Theresa. A natureza do totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo. In: AGUIAR, Odílio Alves (Org.). **Origens do Totalitarismo - 50 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, pp.47-59.
- CANOVAN, Margaret. Arendt's theory of totalitarianism: a reassessment. In: VILLA, Dana Richard. (Org.). **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2000, pp.25-43.
- FRIEDRICH, Carl J. **Totalitarianism**: Proceedings of a Conference Held at the American Academy of Arts and Sciences, March 1953. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1954.
- FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. **Totalitarian dictatorship and autocracy**. 2ed. rev. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965. 439p. (Original publicado em 1956).
- FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. **Totalitarismo e autocracia**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 3. ed. Rio de Janeiro: GRD, 1965. 298p.
- FUENTES, Juan Francisco. Totalitarismo, origen y evolución de un concepto clave. **Revista de Estudios Políticos (Madrid)**, n.134, pp.195-218, 2006.
- GEYER, Michael; FITZPATRICK, Sheila. Introduction: After Totalitarianism – Stalinism and Nazism Compared. In: GEYER, Michael; FITZPATRICK, Sheila. (Eds.). **Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp.1-40.
- KITCHEN, Martin. **Fascism**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, London: MACMILLAN PUBLISHERS LTD, 1985. 106p. (Original publicado em 1976).

MORIN, Dominique. Gènese des totalitarismes ou les dérives de l'État moderne: la question wébérienne de la domination politique revisitée par Hannah Arendt. **Aspects sociologiques**, v.12, n.1, 2005, pp.59-93.

MUSSOLINI, Benito; GENTILE, Giovanni. **The Doctrine of Fascism**. Translation of the 1932 Enciclopedia Italiana essay "Doctrines" by Mussolini. Disponível em: <http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Germany/mussolini.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

POULANTZAS, Nicos. **Fascism and Dictatorship**: the third International and the Problem of Fascism. Thetford, Norfolk: Lowe & Brydone Printers Ltd, 1979. 366p. (Original publicado em 1974).

STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Eds.) **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, pp.1247-1259.

TRAVERSO, Enzo. **El Totalitarismo. História de um debate**. Buenos Aires: Eudeba, 2001. 166p.

TRAVERSO, Traverso. El Totalitarismo. Uso y abuso de un concepto. In: FORCADELL, Carlos; SABIO, Alberto (Eds.). **Las Escalas del pasado**, IV Congreso de Historia local de Aragon, Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2005, pp.99-110.